



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO nº _____ de 2019

(Dos Deps. Talíria Petrone e Ivan Valente)

Requer a convocação do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, para prestar esclarecimentos sobre a criação de um núcleo na ABIN para monitoramento das investigações sobre o Presidente da República e seus aliados e familiares

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, inc. I, §§1º e 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam adotadas as providências necessárias para a convocação do Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, para prestar esclarecimentos sobre a criação de um núcleo na ABIN para monitoramento das investigações sobre o Presidente da República e seus aliados e familiares.

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa divulgou recentemente que o Presidente da República criou um núcleo na ABIN para monitorar a apuração de indícios de irregularidades praticadas por ele, por seus familiares e aliados políticos. De acordo com matéria publicada pela revista Veja:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

EXCLUSIVO: Bolsonaro monta grupo na Abin para mapear ameaças políticas

Nos últimos dias, além de Hélio Negão, outros auxiliares do presidente teriam sido alvos de devassa ilegítimas

Certo de que é alvo de “petistas aloprados” na PF e na Receita Federal (leia mais em O real motivo da guerra com a PF), Jair Bolsonaro criou em sigilo um núcleo na Abin para alertá-lo de investidas contra aliados e familiares.

Nos últimos dias, além de Hélio Negão, outros auxiliares do presidente teriam sido alvos de devassa ilegítima do Fisco.

Chamado de “ingênuo” nas articulações políticas por Bolsonaro, Sergio Moro não vai se envolver na crise do Planalto com a PF¹.

A notícia causa espanto e vulnera o Estado de Direito e o processo Democrático no Brasil – apontando para o que parece ser um grave ataque às instituições. Tal prática, comum em regimes ditatoriais, não pode ser permitida na democracia. Segundo a reportagem, a ABIN está monitorando a atuação da Polícia Federal e da Receita Federal para acompanhar apurações de ilegalidades contra o Presidente da República, seus familiares e aliados políticos.

O exercício do poder deve se dar em benefício do povo e não em benefício do ocupante do cargo, sob pena de incorrer em abuso ou desvio de poder. Se confirmada a tentativa de aparelhar a ABIN, trata-se de mais um grave e preocupante movimento para sufocar qualquer tentativa de investigação do grupo político do Presidente Bolsonaro.

A iniciativa do Presidente da República vem na esteira dos ataques à Polícia Federal, à Procuradoria-Geral da República e aos órgãos de controle e investigação. Há uma sistemática tentativa de interferir nas instituições com o objetivo de blindar seus aliados políticos, inclusive seus familiares.

¹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/exclusivo-bolsonaro-monta-grupo-na-abin-para-mapear-ameacas-politicas/>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

É inequívoco que o respeito aos princípios democráticos deve reger as condutas do Estado Brasileiro em todas as suas ações. Não se pode tolerar que, na vigência de nossa “Constituição Cidadã”, o Poder Executivo permaneça orientado pela doutrina da ditadura militar de 1964-85, ao não permitir a investigação dos membros do governo.

Portanto, não é papel da ABIN, no Estado Democrático de Direito, monitorar investigações contra o Presidente da República, seus familiares ou seus aliados políticos.

Considerando que as denúncias são atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça (art. 32, inciso IV, alínea “d”, do Regimento Interno), é dever desta Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania apurar o caso.

Diante deste cenário, faz-se necessária a presença do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno, nesta comissão, para que sejam apresentadas informações detalhadas sobre o papel que a ABIN está exercendo em relação às apurações dos indícios de ilegalidades praticados pelo Presidente da República, seus familiares e aliados políticos.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2019.

Talíria Petrone
PSOL/RJ

Ivan Valente
Líder da Bancada do PSOL